A implantação do instrumento de incentivo econômico, Pagamento por Serviços Ambientais, na melhoria da qualidade ambiental e social no município de Santo André (SP)

PALAVRAS CHAVE: Serviços Ecossistêmicos, Serviços Ambientais, Pagamento por Serviços Ambientais.

 Resumo:

O município de Santo André – SP conta com 61,9% de seu território na Macrozona de Proteção Ambiental, aproximadamente 55% do seu território drena para o Reservatório Billings que abastece de água parte da Região Metropolitana de São Paulo. Este território conserva o Bioma Mata Atlântica e gera muitos serviços ecossistêmicos. O Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) é um instrumento de incentivo econômico que pode ser pautado no princípio “usuário – pagador” e “provedor – recebedor”. O instrumento PSA paga em recursos financeiros ou suporte técnico aos proprietários que garantam a geração dos serviços ambientais, valorando os serviços ecossistêmicos, além da promoção social com impactos positivos na redução da pobreza. Esse documento tem como objetivo apresentar áreas passiveis para a implantação bem como gargalos institucionais e econômicos para o desenvolvimento de Programas de PSA. Destacar que o PSA está relacionado aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), as melhorias ambientais previstas pelo mecanismo impactam positivamente nos ODS. A metodologia considerou dados quantitativos e qualitativos, conhecido como método misto, constatou o estado da arte sobre a temática, amparo legal no âmbito federal, estadual e municipal, além das consultas em fundos específicos de recursos financeiros visando compor um mapa mental para a implementação do mecanismo PSA.

 Bibliografia

ALTESOR, A. et al. Servicios ecosistémicos: un marco conceptual en construcción. Aspectos conceptuales y operativos. In: LATERRA, P.; JOBBÁGY, E.G.; PARUELO, J.M. (Org.). Valoración de serviciosecosistémicos: conceptos, herramientas y aplicaciones para elordenamiento territorial. Buenos Aires: INTA, 2011. p. 645-657.  
ALVES-MAZZOTTI, A. J. Usos e abusos dos estudos de caso. Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 129, set./dez. 2006. p. 637-651.  
ARRIAGADA, R.; PERRINGS, C. Making Payments for Ecosystem Services Work. Ecosystem Services Economics, UNEP, 2009, 33p.  
BARRAL, M. P.; MACEIRA, N. O.  Evaluación ambiental estratégica delordenamiento territorial. unestudio de caso para el partido de balcarcebasado sobre elanálisis de serviciosecosistémicos. In: LATERRA, P.; JOBBÁGY, E.G.; PARUELO, J.M. (Org.). Valoración de serviciosecosistémicos: conceptos, herramientas y aplicaciones para elordenamiento territorial. Buenos Aires: INTA, 2011. p. 443-459.  
BARBIER, E. B. Poverty, development, and ecological services. International Review of Environmental and Resource Economics, v. 2, n. 1, p. 1-27, 2008.ISSN 19321465 (ISSN).  
BOYD, J.W.; BANZHAF, S.What are ecosystem services? The need for standardized environmental accounting units. EcologicalEconomics, v. 62, p.616-626, 2007.  
BRASIL. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios, Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966.  
\_\_\_\_\_\_. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981.  
\_\_\_\_\_\_. Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências, Lei nº 7.797 de 10 de julho de 1989.  
\_\_\_\_\_\_. Regulamenta a Lei nº7.797 de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providencias, Decreto nº 3.524 de 26 de junho de 2000a.  
\_\_\_\_\_\_. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências, Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000b.  
\_\_\_\_\_\_. Projeto visa instituir a Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais, Projeto de Lei nº 792/2007.  
\_\_\_\_\_\_. Programa Nacional de Recuperação da Cobertura Vegetal, Projeto da Lei nº 3.134/2008.  
\_\_\_\_\_\_. Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, altera os arts. 6o e 50 da Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências, Lei nº 12.114 de 09 de dezembro de 2009a.  
\_\_\_\_\_\_. Institui a Política Nacional dos Serviços Ambientais e Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais. Projeto de Lei nº 5487/2009b.  
\_\_\_\_\_\_. Fundo Nacional sobre Mudança do Clima - FNMC, regulamenta a Lei no 12.114, de 9 de dezembro de 2009, Decreto nº 7.343 de 26 de outubro de 2010.  
\_\_\_\_\_\_. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, Lei nº 12.512 de 14 de outubro de 2011a.  
\_\_\_\_\_\_. Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Programa Bolsa Verde, Decreto nº 7.572 de 28 de setembro de 2011 – Regulamenta dispositivos da Medida Provisória no 535, de 2 de junho de 2011b.  
\_\_\_\_\_\_. Sistema Nacional de redução de emissões por desmatamento e degradação, conservação, manejo florestal sustentável, manutenção e aumento dos estoques de carbono florestal (REDD+), Projeto de Lei da Câmara 195/2011c.  
\_\_\_\_\_\_. Sistema Nacional de redução de emissões por desmatamento e degradação, conservação, manejo florestal sustentável, manutenção e aumento dos estoques de carbono florestal (REDD+), Projeto de Lei do Senado nº 212/2011d.  
\_\_\_\_\_\_. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. regulamenta a Lei n° 12.651, de 25 de maio de 2012.  
\_\_\_\_\_\_. Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais. Projeto de Lei nº 312/2015.  
CALVO-ALVARADO, J.  et al. Deforestationandforestrestoration in Guanacaste, Costa Rica: Puttingconservation policies in context. Forest Ecologyand Management, v. 258, n. 6, p. 931-940, 2009. ISSN 03781127 (ISSN).  
CAPOBIANCO, J. P. R.; WHATELY, M.; Billings 2000: ameaças e perspectivas para o maior reservatório de água da região metropolitana de São Paulo: relatório do diagnóstico socioambiental participativo da bacia hidrográfica da Billings no período de 1989-99. Instituto Socioambiental, São Paulo, 2002. 59p.  
CARIDE, C., PARUELO, J. P., PIÑEIRO, G. Manejo agrícola y secuestro de carbono. In: LATERRA, P.; JOBBÁGY, E.G.; PARUELO, J.M. (Org.). Valoración de serviciosecosistémicos: conceptos, herramientas y aplicaciones para elordenamiento territorial. Buenos Aires: INTA, 2011. p. 461-483.  
CHICHILNISKY, G.; HEAL, G. Economic returns from the biosphere. Nature, vol. 391, p.630, 1998.  
COLE, R. J. Social and environmental impacts of payments for environmental services for agroforestry on small-scale farms in southern Costa Rica. International Journal of Sustainable Development and World Ecology, v. 17, n. 3, p. 208-216, 2010.ISSN 13504509 (ISSN).  
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO GRANDE ABC, UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. Carta Geotécnica de Aptidão à Urbanização: Instrumento de planejamento para prevenção de desastres naturais no município de Santo André, região do grande ABC, Estado de São Paulo, outubro de 2016, p.150.  
COSTANZA, R. Ecosystem services: multiple classification systems are needed. Biological Conservation, v. 141, p. 350–352, 2008.  
\_\_\_\_\_\_. “What is ecological economics?”. Ecological Economics, 1.p.1-18, 1989.  
COSTANZA, R. et al. The value of the world's ecosystem services and natural capital. Nature, v. 1, p. 3-15, 1997.  
CTPA – Câmara Técnica de Proteção das Águas. Relatório sobre a Viabilidade de Financiamento de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) pelo FEHIDRO e outras fontes. Novembro, 2017, p.54. Acesso em 26/11/2018: [http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/documents//CRH/CTPA/12398/ctpa-relatorio-psa-versao-final-aprovada-01-12-2017.pdf](https://webmail.santoandre.sp.gov.br/owa/redir.aspx?C=YI4JwaNTRkKcAsZ2MaTA3L52o2XtQwhW2RsJcxFySw7FzJruL2fZCA..&URL=http%3a%2f%2fwww.sigrh.sp.gov.br%2fpublic%2fuploads%2fdocuments%2f%2fCRH%2fCTPA%2f12398%2fctpa-relatorio-psa-versao-final-aprovada-01-12-2017.pdf).  
CRESWELL, J. W. Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. 4th ed. Los Angeles: SAGE, 2014.  
DANIELS, A. E.  et al. Understanding the impacts of Costa Rica's PES: Are we asking the right questions? Ecological Economics, v. 69, n. 11, p. 2116-2126, 2010.ISSN 09218009 (ISSN).  
ENGEL, S.; PAGIOLA, S.; WUNDER, S. Designing payments for environmental services in theory and practice: An overview of the issues. ECOLOGICAL ECONOMICS, 65, 2008. P. 663 – 674.  
ESTADO DE SÃO PAULO. Define a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Reservatório Billings - APRM – B, Lei nº 13.579, de 13 de julho de 2009a.  
\_\_\_\_\_\_. Política Estadual de Mudanças Climáticas, Decreto nº 13.798/2009 de 29 de outubro de 2009b.  
\_\_\_\_\_\_. Secretaria do Meio Ambiente, Coordenadoria de Educação Ambiental. Billings. Cadernos de Educação Ambiental – Edição Especial Mananciais, vol. I, 2010a. 150p.  
\_\_\_\_\_\_. Política Estadual de Mudanças Climáticas, Decreto nº 55.947 de 24 de junho de 2010b.  
\_\_\_\_\_\_. Institui o Programa de Incentivos à Recuperação de Matas Ciliares e à Recomposição de Vegetação nas Bacias Formadoras de Mananciais de Água, institui a unidade padrão Árvore-Equivalente e dá providências correlatas, Decreto 60.521 de junho de 2014.  
FAZZA, E.V.; Avaliação do instrumento – Pagamentos por Serviços Ambientais – Aplicado na área de manancial de Santo André – SP. 2014.Trabalho de Conclusão de Curso – Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do ABC, Santo André (SP).  
FEARNSIDE, P. M. Brazil's Amazon forest in mitigating global warming: Unresolved controversies. Climate Policy, v. 12, n. 1, p. 70-81, 2012.ISSN 14693062 (ISSN).  
FLETCHER, R.; BREITLING, J. Market mechanism or subsidy in disguise? Governing payment for environmental services in Costa Rica. Geoforum, v. 43, n. 3, p. 402-411,  2012. ISSN 00167185 (ISSN).  
FISHER, B.; TURNER, R.K.; MORLING, P. Defining and classifying ecosystem services for decision making. EcologicalEconomics, v.8, p. 643-653, 2009  
FOLEGATTI, M. V. et al. Transposição de água e disponibilidade hídrica das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (BC-PCJ). Anais, Sociedade Brasileira de Engenharia Agrícola, Vitória, 2010. P.1-10.  
FOREST TRENDS. Incentivos Econômicos para Serviços Ecossistêmicos no Brasil. Forest Trends, Rio de Janeiro, 2015, p.119.  
FSA – Food Security Act of 1985. United States, Public Law 99 – 198, Title XII: Conservation. 99 Stat. 1504, 23 dec. 1985.  
FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO DE PROTEÇÃO À NATUREZA, THE NATURE CONSERVANCY DO BRASIL, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DEUTSCHE GESELLSCHAFT FÜR INTERNATIONALE ZUSAMMENARBEIT. Guia para a formulação de Políticas Públicas Estaduais e Municipais de Pagamento por Serviços Ambientais. 2017, 76p.  
GUEDES, F.B.; SEEHUSEN, S.E. (Org.). Pagamentos por Serviços Ambientais na Mata Atlântica: lições aprendidas e desafios. Brasília: MMA, 2011. Série Biodiversidade, 42. 272p.  
GOBBI, J. A. Pago por servicios ambientales: ¿quéson y cómofuncionan? In: LATERRA, P.; JOBBÁGY, E.G.; PARUELO, J.M. (Org.). Valoración de serviciosecosistémicos: conceptos, herramientas y aplicaciones para elordenamiento territorial. Buenos Aires: INTA, 2011. p. 293-312.  
GONÇALVES, N. J. B.; SANTOS, A. H. S.; AGUIRRE, J.S. Identificação da nascente que dá origem aos rios Grande e Pinheiros. Arquitextos, São Paulo, ano 16, n. 188.07, Vitruvius, jan. 2016 ISSN 18096298 (INSS)  
 <[http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.188/5934](https://webmail.santoandre.sp.gov.br/owa/redir.aspx?C=Sj-1izznF0J9qqMh6kD3_2VV_6nzRW46baKV35KA-eHFzJruL2fZCA..&URL=http%3a%2f%2fwww.vitruvius.com.br%2frevistas%2fread%2farquitextos%2f16.188%2f5934)>.  
HÄGER, A. The effects of management and plant diversity on carbon storage in coffee agroforestry systems in Costa Rica. Agroforestry Systems, v. 86, n. 2, p. 159-174, 2012. ISSN 01674366 (ISSN).  
HAYES, T.; MURTINHO, F.; WOLFF, H. An institutional analysis of Payment for Environmental Services on collectively managed lands in Ecuador. Ecological Economics, v. 118, p. 81-89, 2015. ISSN 09218009 (ISSN).  
HONEY-ROSÉS, J.et al. To pay or not to pay? Monitoring performance and enforcing conditionality when paying for forest conservation in Mexico. Environmental Conservation, v. 36, n. 2, p. 120-128,2009. ISSN 03768929 (ISSN).  
JARDIM, M. H; BURSZTYN, M. A. Pagamento por serviço ambiental na gestão de recursos hídricos: o caso de Extrema (MG).  Eng. Sanit. Ambient., v.20, n 03, 2015. p.353-360.  
KAPLOWITZ, M. D.; LUPI, F.; ARREOLA, O. Local Markets for Payments for Environmental Services: Can Small Rural Communities Self-Finance Watershed Protection? Water Resources Management, v. 26, n. 13, p. 3689-3704,  2012. ISSN 09204741 (ISSN).  
KERR, J. M.; VARDHAN, M.; JINDAL, R. Incentives, conditionality and collective action in payment for environmental services. International Journal of the Commons, v. 8, n. 2, p. 595-616,  2014. ISSN 18750281 (ISSN).  
KERR, J.; VARDHAN, M.; JINDAL, R. Prosocial behavior and incentives: Evidence from field experiments in rural Mexico and Tanzania. EcologicalEconomics, v. 73, p. 220-227,2012. ISSN 09218009 (ISSN).  
KFOURI, A.; FAVERO, A. Projeto Conservador de Águas Passo a Passo: Uma Descrição Didática sobre o Desenvolvimento da Primeira Experiência de Pagamento por uma Prefeitura Municipal no Brasil. Série Água Clima e Floresta, Volume IV, Brasília; The Nature Conservancy do Brasil, 2011. 58p.  
KLINK, J. Regionalismo e reestruturação urbana: uma perspectiva brasileira de governança metropolitana. Educação, v. 32, n. 2, 2009, p. 217-226.  
KROEGER, T. The quest for the "optimal" payment for environmental services program: Ambition meets reality, with useful lessons. Forest Policy and Economics, v. 37, p. 65-74,  2013. ISSN 13899341 (ISSN).  
LAVRATTI, P.; TEJEIRO, G. (Org.). Direito e mudanças climáticas: Pagamento por Serviços Ambientais: experiências locais e latino-americanas. São Paulo: Direito e Mudanças Climáticas: 7, Instituto O Direito por um Planeta Verde, 2014. 143p.  
LIMA, J. E. F. W.  et al. Assessing the use of erosion modeling to support payment for environmental services programs. Journal of Soils and Sediments, v. 14, n. 7, p. 1258-1265,  2014. ISSN 14390108 (ISSN).  
LEFEBVRE, H. O direito à cidade. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001. p.143.  
MA, S. et al. Farmers' Willingness to Participate in Payment-for-Environmental-Services Programmes. Journal of Agricultural Economics, v. 63, n. 3, p. 604-626, 2012. ISSN 0021857X (ISSN).  
MACHADO, M. R. R.; SILVA, C. A. T.; MACHADO, L. S. Custo de oportunidade para a parte autora em processos judiciais eletrônicos: um estudo na procuradoria da União em Goiás. Rev. Adm. Pública — Rio de Janeiro v. 48, nº5, p. 1165-1189, set./out. 2014.  
MAILLE, P.; COLLINS, A. R. An index approach to performance-based payments for water quality. Journal of Environmental Management, v. 99, p. 27-35,2012. ISSN 03014797 (ISSN).  
MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 121-192.  
MATARAZZO-NEUBERGER, W. M. et al. Serviços Ambientais Prestados pelas Florestas da Bacia da Represa Billings, São Bernardo de Campo: Ed. Do Autor, 2010. 16p.  
MAY, P. Economia Ecológica e o Desenvolvimento Equitativo no Brasil. In: CAVALCANTI, C. (Org). Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável. 3ª ed. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2011. p.235-255.  
MOURA, L. A. A. Economia Ambiental Gestão de custos e de Investimentos. Belo Horizonte: Del Rey, 2011 296 p.  
MILDER, J. C.; SCHERR, S. J.; BRACER, C. Trends and future potential of payment for ecosystem services to alleviate rural poverty in developing countries. Ecology and Society, v. 15, n. 2, p. 6, 2010. ISSN 17083087 (ISSN).  
MORENO-SANCHEZ, R.et al. Heterogeneous users and willingness to pay in an ongoing payment for watershed protection initiative in the Colombian Andes. Ecological Economics, v. 75, p. 126-134,2012. ISSN 09218009 (ISSN).  
MOTTA, R. S. Economia ambiental. Rio de Janeiro, FGV, 2006.  
MOYA, J. A. C.; QUIRÓS, L.; JIMÉNEZ, M. Challenges in the implementation of conservation policies in the Reventazón Model Forest, Costa Rica. Forestry Chronicle, v. 88, n. 3, p. 261-265, 2012. ISSN 00157546 (ISSN).  
MURGUEITIO, E.et al. Native trees and shrubs for the productive rehabilitation of tropical cattle ranching lands. Forest Ecology and Management, v. 261, n. 10, p. 1654-1663, 2011. ISSN 03781127 (ISSN).  
NAHLIK, A. M. et al. Where is the consensus? A proposed foundation for moving ecosystem service concepts into practice. EcologicalEconomics, v.77, p.27-35, 2012.  
NUNES, M. L. S. et al. Projeto Oásis São Paulo e Apucarana. In: PAGIOLA, S.; GLEHN, H. C. V.; TAFARELLO, D. (Org.). Experiências de pagamento por serviços ambientais no Brasil. Secretaria do Meio Ambiente, Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais, São Paulo, 2012, p. 49 – 63.  
PAGIOLA, S.; BISHOP, J.; LANDER-MILLS, N. Mercados para serviços ecossistêmicos: instrumentos econômicos para conservação e desenvolvimento. Rio de Janeiro: REBRAF, 2005.  
PAGIOLA, S.  et al. Paying for the environmental services of silvopastoral practices in Nicaragua. EcologicalEconomics, v. 64, n. 2, p. 374-385, 2007. ISSN 09218009 (ISSN).  
PAGIOLA, S. Payments for environmental services in Costa Rica. EcologicalEconomics, v. 65, n. 4, p. 712-724,2008. ISSN 09218009 (ISSN).  
PAGIOLA, S.; GLEHN, H. C. V.; TAFARELLO, D. (Org.). Experiências de pagamento por serviços ambientais no Brasil. Secretaria do Meio Ambiente, Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais, São Paulo, 2012. 274p.  
PAGIOLA, S.; PLATAIS, G. Payments for Environmental Services. World Bank, Environment Strategy Notes, n.3, Washington, 2002. 4p.  
PEIXOTO, M. Pagamento por Serviços Ambientais: Aspectos teóricos e proposições legislativas. Brasília: Núcleo de Estudo e Pesquisas do Senado, 2011. 31p.  
PENTEADO, C. L. C., ALMEIDA, D. L.; BENASSI, R. F. Conﬂitos hídricos na gestão dos reservatórios Billings e Barra Bonita. Estudos Avançados 31 (89), 2017, p. 299 – 322.  
POLLINI, J. Agroforestry and the search for alternatives to slash-and-burn cultivation: From technological optimism to a political economy of deforestation. Agriculture, Ecosystems and Environment, v. 133, n. 1-2, p. 48-60,  2009. ISSN 01678809 (ISSN).  
POSTEL, S. L.; THOMPSON, B. H. Watershed protection: Capturing the benefits of nature’s water supply services. Nat. Res. Forum, 29: p. 98-108, 2005.  
PREFEITURA DE DIADEMA. Plano Diretor do Município de Diadema, Lei Complementar nª 273 de 08 de julho de 2008, que dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Diadema estabelecendo as diretrizes gerais da política municipal de desenvolvimento urbano, e dá outras providências.  
PREFEITURA DE RIBEIRÃO PIRES. Plano Diretor do Município de Ribeirão Pires, Lei nº 4791/2004 – Institui o Plano Diretor da Estância Turística de Ribeirão Pires.  
PREFEITURA DE RIO GRANDE DA SERRA. Plano Diretor do Município de Rio Grande da Serra, Lei municipal nº. 1.635, de 5 de outubro de 2006, que institui o Plano Diretor Participativo do município de Rio Grande da Serra, nos termos do artigo 182 da Constituição da República Federativa do Brasil e do Capítulo III da Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001.  
PREFEITURA DE SANTO ANDRE. Política Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental, Lei nº 7.733, de 08 de outubro de 1998.  
\_\_\_\_\_\_. Cria o Fundo de Gestão do Patrimônio Histórico da Vila de Paranapiacaba e Parque Andreense – FUNGEPHAPA, Lei nº 8.281 de 11 de dezembro de 2001.  
\_\_\_\_\_\_. Secretaria de Gestão dos Recursos Naturais de Paranapiacaba e Parque Andreense, Departamento de Meio Ambiente, Gerência de Educação e Extensão Ambiental, Diagnóstico de cobertura vegetal e definição para o reflorestamento de áreas degradadas na região de Paranapiacaba e Parque Andreense. Santo André, 2012a. 100p.  
\_\_\_\_\_\_. Secretaria de Gestão dos Recursos Naturais de Paranapiacaba e Parque Andreense, Departamento de Meio Ambiente, Gerência de Recursos Naturais, Plano de Manejo Participativo do Parque Natural Municipal Nascentes de Paranapiacaba. Santo André, 2012b. 204p.  
\_\_\_\_\_\_. Plano Diretor no Município de Santo André, Lei nº 9.394 de 05 de janeiro de 2012c - Altera a Lei nº 8.696, de 17 de dezembro de 2004, que instituiu o Plano Diretor no Município de Santo André, atendendo o art. 181 que prevê a revisão do Plano Diretor.  
\_\_\_\_\_\_. Fundo Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental – FUMGESAN, Lei nº 9.569 de 14 de abril de 2014a - altera disposições relativas ao Fundo Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental – FUMGESAN, contidas na Lei nº 7.733, de 14 de outubro de 1998, que dispõe sobre a Política Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental no Município de Santo André e dá outras providências.  
\_\_\_\_\_\_. Regulamenta a Gestão do Fundo Municipal de Gestão e Saneamento Ambiental – FUMGESAN, Decreto Lei nº 16.527 de junho de 2014b.  
\_\_\_\_\_\_. PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ, Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo, Departamento de Indicadores Sociais e Econômicos, Anuário de Santo André 2016, ano base 2015. Prefeitura de Santo André, 2016a. 176p.  
\_\_\_\_\_\_. PREFEITURA DE SANTO ANDRE, SEMASA, Plano de Manejo do Parque Natural Municipal do Pedroso. Volume I – Diagnóstico Socioambiental. Santo André, 2016b. 333p.  
\_\_\_\_\_\_. Lei de Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo no Município de Santo André, Lei nº 9.924 de 21 de dezembro de 2016c.  
\_\_\_\_\_\_. Reforma administrativa, Lei nº 9.940 de 28 de abril de 2017a, que dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Santo André, define atribuições e competências dos órgãos da Administração Direta, cria, reclassifica e extingue cargos e funções, e dá outras providências.  
\_\_\_\_\_\_. Fundo de Gestão do Patrimônio Histórico da Vila de Paranapiacaba e Parque Andreense – FUNGEPHAPA e dá outras providências, Lei nº 9.983 de 22 de setembro de 2017b.  
\_\_\_\_\_\_. Conselho Gestor do Fundo de Gestão do Patrimônio Histórico da Vila de Paranapiacaba e Parque Andreense – FUNGEPHAPA, Decreto n° 17.016 de 02 de janeiro de 2018a.  
\_\_\_\_\_\_. Fundo de Gestão dos Parques Públicos e Unidades de Conservação – FUNGEPPUC, Lei nº 10.073 de 06 de junho de 2018b.  
\_\_\_\_\_\_. Cria o Conselho do Fundo de Gestão dos Parques Públicos e Unidades de Conservação – FUNGEPPUC, Decreto n° 17.109 de 15 de outubro de 2018c.  
PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. Plano Diretor no Município de São Bernardo do Campo, Lei nº 6184, de 21 de dezembro de 2011 que dispõe sobre a aprovação do Plano Diretor do Município de São Bernardo do Campo, e dá outras providências.  
PREFEITURA DE SÃO PAULO. Plano Diretor no Município de São Paulo, Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, que aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a lei nº 13.430/2002.  
QUINTERO, M.; WUNDER, S.; ESTRADA, R. D. For services rendered? Modeling hydrology and livelihoods in Andean payments for environmental services schemes. Forest Ecologyand Management, v. 258, n. 9, p. 1871-1880,2009. ISSN 03781127 (ISSN).  
RAMOS, D. A. L.; AGUIAR, F. R.; VILLELA, L. E. O projeto Produtores de Água e Floresta em Rio Claro-RJ: uma análise da governança no projeto sob a ótica da gestão social. O Social em Questão- Ano XIX - nº 36 – p. 177 - 196, 2016.  
RIBAUDO, M.; SAVAGE, J. Controlling non-additional credits from nutrient management in water quality trading programs through eligibility baseline stringency. Ecological Economics, v. 105, p. 233-239, 2014. ISSN 09218009 (ISSN).  
SÁNCHEZ-AZOFEIFA, G. A.  et al. Costa Rica's payment for environmental services program: Intention, implementation, and impact. Conservation Biology, v. 21, n. 5, p. 1165-1173,  2007. ISSN 08888892 (ISSN).  
SANTOS, P. et al. (Org.). Marco Regulatório sobre Pagamento por Serviços Ambientais no Brasil. Belém: IMAZON, FGC. CVces, 2012. 76p.  
SILVA, T. B. et al. Projeto ProdutorES de Água. In: PAGIOLA, S.; GLEHN, H. C. V.; TAFARELLO, D. (Org.). Experiências de pagamento por serviços ambientais no Brasil. Secretaria do Meio Ambiente, Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais, São Paulo, 2012, p. 271-288.  
SOUZA, M. L. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 5a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.  
SWALLOW, B. M.  et al. The conditions for functional mechanisms of compensation and reward for environmental services. Ecology and Society, v. 15, n. 4,  2010. ISSN 17083087 (ISSN).  
TALBERTH, J.  et al. Pay for Performance: Optimizing public investments in agricultural best management practices in the Chesapeake Bay Watershed. Ecological Economics, v. 118, p. 252-261,  2015. ISSN 09218009 (ISSN).  
VAN NOORDWIJK, M.; LEIMONA, B. Principles for fairness and efficiency in enhancing environmental services in Asia: Payments, compensation, or co-investment? Ecology and Society, v. 15, n. 4,  2010. ISSN 17083087 (ISSN).  
VÁSQUEZ-LAVÍN, F.et al. Payment for Ecosystem Services in the Bolivian Sub-Andean Humid Forest. Journal of Environment and Development, v. 25, n. 3, p. 306-331,  2016. ISSN 10704965 (ISSN).  
VÁSQUEZ-LAVÍN, F.  et al. Land cover and conservation in the area of influence of the Chamela-Cuixmala Biosphere Reserve, Mexico. Forest Ecology and Management, v. 258, n. 6, p. 907-912,  2009. ISSN 03781127 (ISSN).  
WUNDER, S. Payments for enviromental services: come nuts and bolts. Occasional Paper, nº 42. Jakarta: for international Floresty Research, 2006. 24p.  
\_\_\_\_\_\_. Revisiting the concept of payments for environmental services. Ecological Economics, v. 117, p. 234-243,  2015. ISSN 09218009 (ISSN).  
WUNDER, S.; ALBÁN, M. Decentralized payments for environmental services: The cases of Pimampiro and PROFAFOR in Ecuador. Ecological Economics, v. 65, n. 4, p. 685-698,2008. ISSN 09218009 (ISSN).  
YOUNG, C. E. F.; COUTINHO, B.; MEDEIROS, R. O desafio da valoração de bens e serviços associados às unidades de conservação e sua contribuição à economia nacional. In: YOUNG, C. E. F.; MEDEIROS, R. (Org.). Quanto vale o verde: a importância econômica das unidades de conservação brasileiras. Rio de Janeiro: Conservação Internacional, 2018. p. 32-39.  
ZHANG, W.; PAGIOLA, S. Assessing the potential for synergies in the implementation of payments for environmental services programmes: An empirical analysis of Costa Rica. Environmental Conservation, v. 38, n. 4, p. 406-416,  2011. ISSN 03768929 (ISSN).